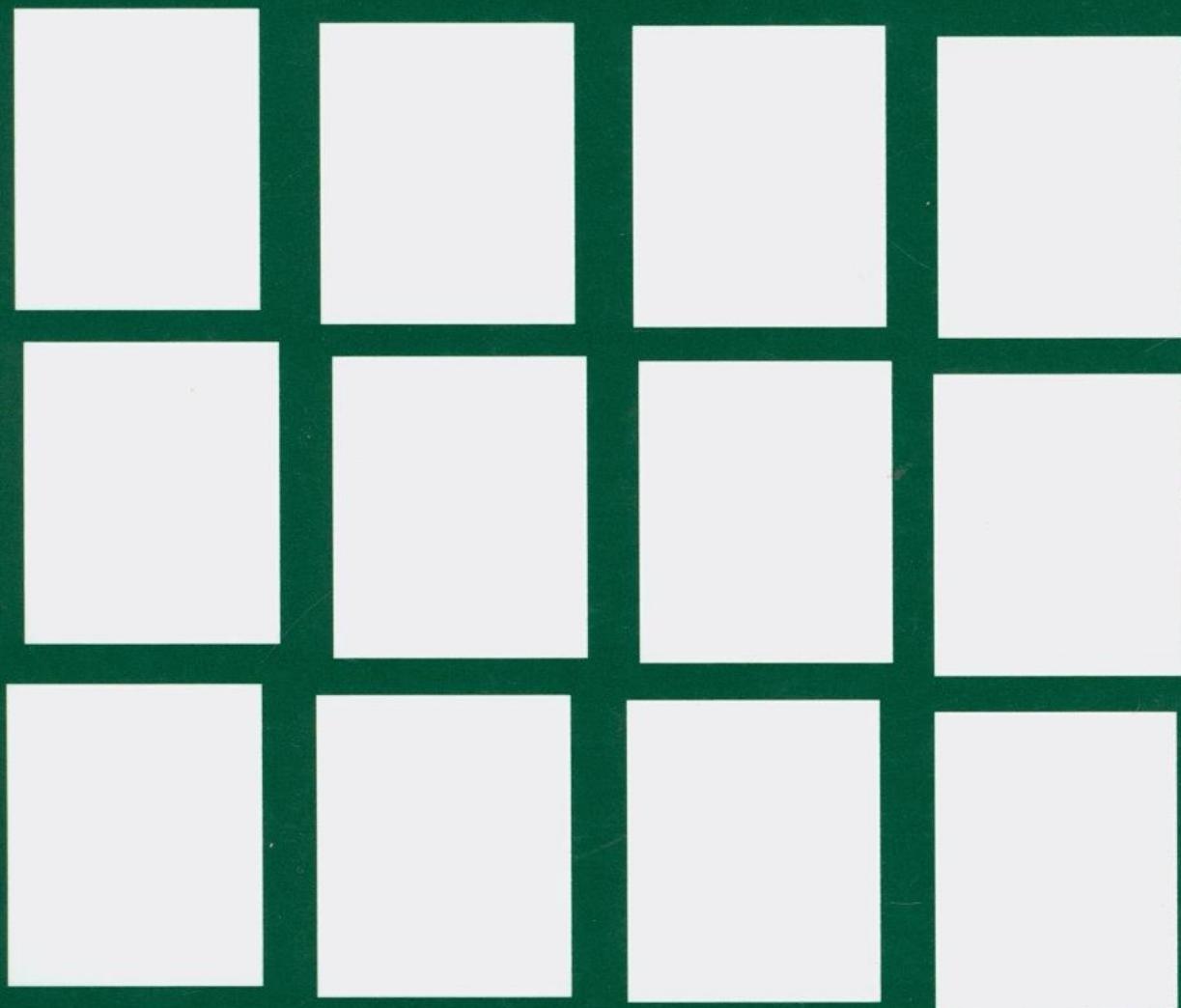


CELSO ANTÔNIO  
BANDEIRA DE MELLO

CURSO DE DIREITO  
ADMINISTRATIVO

32<sup>a</sup> EDIÇÃO,  
revista e atualizada até a Emenda Constitucional 84, de 2.12.2014



## **SUMÁRIO**

<i>Nota à 32<sup>a</sup> edição .....</i>	7
<b>PARTE I — INTRODUÇÃO .....</b>	27
<b>Capítulo I — O DIREITO ADMINISTRATIVO E O REGIME JURÍDICO-ADMINISTRATIVO</b>	
I — <i>As funções do Estado .....</i>	29
II — <i>Os critérios de distinção das funções do Estado .....</i>	32
III — <i>A função política ou de governo .....</i>	36
IV — <i>O Direito Administrativo .....</i>	37
V — <i>Origem do Direito Administrativo .....</i>	38
VI — <i>As bases ideológicas do Direito Administrativo .....</i>	43
VII — <i>O regime jurídico-administrativo .....</i>	53
VIII — <i>O Direito Administrativo e o interesse público: conceito jurídico de interesse público — O que é direito público subjetivo .....</i>	59
<i>Direito subjetivo público, 63; Interesses primários e secundários do Estado, 65</i>	
IX — <i>Conteúdo do regime jurídico-administrativo .....</i>	70
<i>a) Supremacia do interesse público sobre o privado, 70; b) Indisponibilidade, pela Administração, dos interesses públicos, 76</i>	
X — <i>Valor metodológico da noção de regime administrativo .....</i>	90
<b>Capítulo II — PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DO DIREITO ADMINISTRATIVO BRASILEIRO</b>	
I — <i>Princípios expressos e implícitos .....</i>	98
<i>1<sup>o</sup>) Princípio da supremacia do interesse público sobre o interesse privado, 99; 2<sup>o</sup>) Princípio da legalidade, 102; 3<sup>o</sup>) Princípio da finalidade, 109; 4<sup>o</sup>) Princípio da razoabilidade, 111; 5<sup>o</sup>) Princípio da proporcionalidade, 113; 6<sup>o</sup>) Princípio da motivação, 115; 7<sup>o</sup>) Princípio da impessoalidade, 117; 8<sup>o</sup>) Princípio da publicidade, 117; 9<sup>o</sup>) Princípios</i>	

<i>do devido processo legal e da ampla defesa, 119; 10º Princípio da moralidade administrativa, 123; 11º Princípio do controle judicial dos atos administrativos, 124; 12º Princípio da responsabilidade do Estado por atos administrativos, 125; 13º Princípio da boa administração, 127; 14º Princípio da segurança jurídica, 128</i>	
<b>II</b>	<b>– Restrições excepcionais ao princípio da legalidade</b>
a) Medidas provisórias, 130; b) Estado de defesa, 138; c) Estado de sítio, 139	

## **PARTE II – OS SUJEITOS DO DIREITO ADMINISTRATIVO .....**

141

### **Capítulo III – A ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA**

<b>I</b>	<b>– Os órgãos e as competências públicas .....</b>
Órgãos públicos, 144; Classificação dos órgãos, 145; Competências públicas, 146 (Conceito de competência, 148)	
<b>II</b>	<b>– Insurgência na via administrativa contra o exercício das competências: pedido de reconsideração, recurso hierárquico, reclamação administrativa, representação e denúncia .....</b>
150	
<b>III</b>	<b>– Centralização e descentralização administrativa .....</b>
Desconcentração, 154; A hierarquia e os poderes do hierarca, 154; Distinção entre descentralização e desconcentração, 155; O controle, 155	
153	
<b>IV</b>	<b>– Organização administrativa da União: Administração direta e indireta .....</b>
Administração direta da União, 157; Critério classificador do Decreto-lei 200, 158; Entes paraestatais, 161	
156	

### **Capítulo IV – FIGURAS DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA E ENTIDADES PARALELAS .....**

164

<b>I</b>	<b>– Autarquias</b>
Conceito, 164; Regime jurídico, 165 (a) Relações com a pessoa que as criou, 166; b) Relações com terceiros, 169; c) Relações internas, 171); Autarquias especiais ou sob regime especial, 173; Agências reguladoras, 174; Agências executivas, 185	
<b>II</b>	<b>– Fundações públicas</b>
Conceito legal: impropriedade, 188; Natureza das fundações públicas, 190	

<b>III</b>	<b>– Empresas públicas e sociedades de economia mista</b>
Conceito de empresa pública, 191 (Conceito legal: impropriedade, 191); Conceito de sociedade de economia mista, 195 (Conceito legal: impropriedade, 196); As diferenças entre empresas públicas e sociedades de economia mista, 197; Natureza essencial de empresas públicas e sociedades de economia mista: consequências, 198; Critérios para interpretação do regime jurídico das empresas do Estado, 201; Espécies de empresas públicas e sociedades de economia mista, 202; Empresas estatais e concessão de serviço público, 203; A peculiaridade de regime das estatais em confronto com as pessoas de Direito Privado. Normas constitucionais, 205; O regime jurídico das empresas estatais, 208 (a) Relações com a pessoa que as criou, 208; b) Relações com terceiros, 212; c) Relações internas, 223)	
<b>IV</b>	<b>– Figuras jurídicas introduzidas pela Reforma Administrativa .....</b>
Contrato de gestão, 229; Contratos de gestão entre Estado e entidades da Administração indireta, 231 (O art. 37, § 8º, da Constituição, 237; Contrato entre órgãos?, 238); Contratos de gestão entre o Estado e as “organizações sociais”, 240; Organizações sociais, 241; Organizações da sociedade civil de interesse público, 246; Organização da Sociedade Civil, 247	
<b>Capítulo V – SERVIDORES PÚBLICOS</b>	
<b>I</b>	<b>– Agentes públicos .....</b>
<b>II</b>	<b>– Classificação dos agentes públicos .....</b>
a) Agentes políticos, 253; b) Agentes honoríficos, 254; c) Servidores estatais, 255 (Servidores públicos: conceito e espécies, 255; Servidores das pessoas governamentais de Direito Privado, 257); d) Particulares em colaboração com a Administração, 257	
<b>III</b>	<b>– Os servidores estatais na Constituição: titulares de cargos e ocupantes de empregos .....</b>
a) Cargos públicos, 261; b) Funções públicas, 262; c) Empregos públicos, 262	
<b>IV</b>	<b>– Natureza da relação jurídica entre os titulares de cargos e o Poder Público .....</b>
<b>V</b>	<b>– Natureza da relação jurídica entre os ocupantes de emprego e as entidades governamentais .....</b>
<b>VI</b>	<b>– Âmbito de aplicação do regime de emprego e do regime de cargo .....</b>

VII	— <i>Objeto das normas constitucionais sobre pessoal</i> .....	273
VIII	— <i>Normas de contenção de despesas com os servidores estatais</i> a) Limite global de despesas com pessoal, 273; b) Previsão orçamentária e na lei de diretrizes para alterações, 278; c) Proibição à União e Estados de aportarem recursos a outros níveis de governo para despesas de pessoal, 278	
IX	— <i>Normas relativas à remuneração dos servidores e de agentes políticos</i> a) Criação de remuneração por subsídios, 279; b) Limite de remuneração, 280; c) Vencimentos do Executivo como paradigma para o Legislativo e o Judiciário, 284; d) Proibição de vinculação de vencimentos, 285; e) Cálculo de acréscimos pecuniários, 285; f) Uniformidade na data e nos índices para revisão geral da remuneração dos servidores públicos, 285; g) Exigência de lei para fixação ou alteração da remuneração, 285	
X	— <i>Normas constitucionais sobre o regime jurídico dos servidores estatais (titulares de cargos ou empregados)</i> ... a) Acessibilidade aos cargos e empregos: concurso público, 287 (Admissão e dispensa nas estatais, 290); b) Contratação excepcional sem concurso, 292; c) Direito de greve e de sindicalização, 293; d) Proibição de acumulação remunerada, 294; e) Sanção por improbidade administrativa, 296	286
XI	— <i>Regime constitucional dos servidores públicos titulares de cargos</i> ..... a) Irredutibilidade de vencimentos, 296; b) Alguns direitos equivalentes aos dos empregados, 296; c) Estabilidade, 297; d) Disponibilidade, 298; e) Aposentadoria e provenientes, 299; f) Requisitos para aposentadoria e correspondentes provenientes, 300; g) Forma de cálculo dos provenientes de aposentadoria e das pensões, 301; h) Tratamentos específicos em atenção a situações transitórias, 303; i) Contribuição previdenciária, 306; j) Atualização de provenientes e pensões, 310	296
XII	— <i>Os cargos públicos</i> ..... a) Criação e extinção. Declaração de desnecessidade, 311; b) Classificação dos cargos, 311 (Cargos em comissão, 312; Cargos de provimento efetivo, 313; Cargos vitalícios, 315); c) Lotação dos cargos e “redistribuição”, 315	311

XIII	— <i>O provimento em cargo público: conceito e formas</i> ..... a) Provimento autônomo ou originário (Nomeação, 316; Posse, 317); b) Provimentos derivados, 318 (Provimento derivado vertical (promoção), 318; Provimento derivado horizontal (readaptação), 318; Provimento derivado por reingresso (reversão, aproveitamento, reintegração e recondução), 319)	315
XIV	— <i>Direitos e vantagens dos servidores públicos estatutários</i> ..... a) Direitos e vantagens que beneficiam diretamente o servidor, 320 (Direitos e vantagens de ordem pecuniária, 320; Direitos de ausência ao serviço, 322; Aposentadoria, 328); b) Direitos e vantagens em prol de dependentes do servidor, 328	320
XV	— <i>Deveres e responsabilidades dos servidores públicos estatutários</i> ..... Prescrição, 332	329
XVI	— <i>Sindicância e processo administrativo</i> .....	332
XVII	— <i>Limites ao poder de emendar a Constituição e a situação dos atuais servidores</i> .....	337
<b>PARTE III — AS VIAS TÉCNICO-JURÍDICAS DE AÇÃO ADMINISTRATIVA</b> .....		345
<b>Capítulo VI — O REGULAMENTO NO DIREITO BRASILEIRO</b>		
I	— <i>Introdução</i> .....	347
II	— <i>Espécies de regulamento no Direito europeu</i> .....	349
III	— <i>O regulamento previsto no art. 84, VI, da Constituição brasileira</i> .....	350
IV	— <i>Conceito de regulamento no Direito brasileiro</i> .....	351
V	— <i>Diferenças entre lei e regulamento no Direito brasileiro</i> .....	352
VI	— <i>O regulamento ante o princípio da legalidade no Brasil</i> .....	353
VII	— <i>Finalidade e natureza da competência regulamentar</i> .....	359
VIII	— <i>Limites ao regulamento no Direito brasileiro:</i> a) delegação legislativa disfarçada .....	362
IX	— <i>O objeto da competência regulamentar</i> .....	368
X	— <i>Diferenças entre lei e regulamento quanto às garantias do administrado</i> .....	374
XI	— <i>Resoluções, instruções e portarias</i> .....	377

**Capítulo VII – ATOS ADMINISTRATIVOS**

<b>I</b>	<b>– Considerações introdutórias</b>	
a)	<i>Distinção entre fatos jurídicos e atos jurídicos, 379; b) O problema da conceituação do ato administrativo, 383; c) Os conceitos jurídicos, 384; d) Historicidade dos conceitos jurídicos, 387; e) Funcionalidade e não “verdade” dos conceitos, 388; f) Critério básico para conceituação do ato administrativo, 391</i>	
<b>II</b>	<b>– Atos da Administração e atos administrativos .....</b>	391
<b>III</b>	<b>– Conceito de ato administrativo .....</b>	393
<b>IV</b>	<b>– Perfeição, validade e eficácia .....</b>	394
<b>V</b>	<b>– Requisitos do ato administrativo .....</b>	398
<b>VI</b>	<b>– Elementos do ato</b> <i>Conteúdo, 401; Forma, 402</i>	
<b>VII</b>	<b>– Pressupostos do ato</b> <i>1) Pressupostos de existência, 403; 2) Pressupostos de validade: A) Sujeito (pressuposto subjetivo), 404; B) Motivo (pressuposto objetivo), 405 (Motivo do ato e motivo legal, 406; Motivo e móvel, 407; O papel da vontade no ato administrativo, 407; Motivo e motivação, 408; O dever de motivar e as consequências de sua violação, 408; Teoria dos motivos determinantes, 412); C) Requisitos procedimentais (pressuposto objetivo), 412; D) Finalidade (pressuposto teleológico), 413 (Teoria do desvio de poder, 414); E) Causa (pressuposto lógico), 416; F) Formalização (pressuposto formalístico), 418</i>	421
<b>VIII</b>	<b>– O silêncio no Direito Administrativo .....</b>	421
<b>IX</b>	<b>– Atributos dos atos administrativos .....</b> <i>Casos em que cabe executoriedade, 430; Defesas contra a executoriedade, 430</i>	425
<b>X</b>	<b>– Classificação dos atos administrativos .....</b> <i>a) Quanto à natureza da atividade, 431; b) Quanto à estrutura do ato, 431; c) Quanto aos destinatários do ato, 432; d) Quanto ao grau de liberdade da Administração em sua prática, 432; e) Quanto à função da vontade administrativa, 433; f) Quanto aos efeitos, 433; g) Quanto aos resultados sobre a esfera jurídica dos administrados, 433; h) Quanto à situação de terceiros, 435; i) Quanto à composição da vontade produtora do ato, 435; j) Quanto à formação do ato, 436; k) Quanto à natureza das situações jurídicas que criam, 436; l) Quanto à posição jurídica da Administração, 437</i>	430

<b>XI</b>	<b>– Vinculação e discricionariedade .....</b> <i>Discricionariedade técnica, 445</i>	438
<b>XII</b>	<b>– Atos administrativos “in specie”</b> <i>Em função do conteúdo, 446; Como formas de manifestação de outros atos, 452</i>	
<b>XIII</b>	<b>– Procedimento (ou processo) administrativo .....</b>	456
<b>XIV</b>	<b>– Panorama da extinção dos atos administrativos .....</b>	458
<b>XV</b>	<b>– Revogação</b> <i>Conceito, 461; Sujeito ativo da revogação, 462; Objeto da revogação, 462; Fundamento da revogação, 464; Motivos da revogação, 465; Efeitos da revogação, 466; Natureza do ato revogador, 467; Limites ao poder de revogar, 468; Revogação e indenização, 470</i>	
<b>XVI</b>	<b>– Coisa julgada administrativa .....</b>	471
<b>XVII</b>	<b>– Invalidade dos atos administrativos</b> <i>Sujeitos ativos da invalidação, 474; Objeto da invalidação, 474; Fundamento da invalidação, 476; Motivo da invalidação, 476; Forma da invalidação, 476; Efeitos da invalidação, 478; Classificação da invalidade segundo a doutrina brasileira, 479; Atos irregulares, 482; Comentários às diferentes teorias, 483; O grau de intolerância em relação a categorias de atos inválidos, 484; Convalidação, 486; Convalidação e invalidação: poder ou dever?, 487; Identificação dos atos inexistentes, dos nulos e dos anuláveis, 490; Regime dos atos inválidos, 490; Invalidação e dever de indenizar, 493; Direito de resistência contra atos inválidos, 494</i>	473
<b>XVIII</b>	<b>– Regime jurídico dos atos inexistentes, dos nulos e anuláveis: comparação .....</b>	495
<b>XIX</b>	<b>– Diferenças entre revogação e invalidação .....</b>	497
<b>Capítulo VIII – O PROCEDIMENTO (OU PROCESSO) ADMINISTRATIVO</b>		
<b>I</b>	<b>– Conceito de procedimento administrativo .....</b> <i>Procedimento e ato complexo, 504</i>	498
<b>II</b>	<b>– Requisitos do procedimento .....</b>	505
<b>III</b>	<b>– Importância do procedimento administrativo.</b> <i>Atualidade do tema .....</i>	506
<b>IV</b>	<b>– Objetivos do processo ou procedimento .....</b>	509
<b>V</b>	<b>– Espécies de procedimento .....</b>	510
<b>VI</b>	<b>– Fases do processo ou procedimento .....</b>	512
<b>VII</b>	<b>– Princípios do procedimento .....</b>	513
<b>VIII</b>	<b>– Fundamentos constitucionais dos princípios do procedimento administrativo .....</b>	518

<b>IX</b>	<i>– Obrigatoriedade da adoção de procedimento administrativo formalizado .....</i>	522
<b>X</b>	<i>– O processo (ou procedimento) na legislação federal .....</i>	524
	<i>Âmbito de abrangência, 524; Competência, 525; Princípios do processo e garantias do administrado, 525; Sequência processual, 530; Prazos processuais, 534; Revogação, anulação e convalidação, 535</i>	
<b>Capítulo IX – LICITAÇÃO</b>		
<b>I</b>	<i>– Conceito e finalidades .....</i>	536
<b>II</b>	<i>– A legislação sobre licitação .....</i>	539
	<i>Normas gerais de licitação e contratos, 544</i>	
<b>III</b>	<i>– Os princípios da licitação .....</i>	546
<b>IV</b>	<i>– Quem está obrigado a licitar .....</i>	554
<b>V</b>	<i>– Os pressupostos da licitação .....</i>	556
<b>VI</b>	<i>– O objeto licitável, a dispensa e a inexigibilidade de licitação .....</i>	557
	<i>Bens singulares, 558; Serviços singulares, 558; Sistematização legal dos casos excludentes de licitação, 559; Os casos qualificados pela lei como de licitação dispensável, 559; Inexigibilidade de licitação, 565; Serviços técnicos de natureza singular, 568; Justificação de dispensas e de inexigibilidade, 570; Licitação proibida, 571</i>	
<b>VII</b>	<i>– Modalidades da licitação .....</i>	571
	<i>Prazos e formas de publicidade nas modalidades de licitação, 578; Comparação entre concorrência, tomada de preços e convite, 578; Pregão e consulta, 580 (Procedimento do pregão, 581); Registros cadastrais, 586; O registro de preços, 587; Comissões de licitação, 588; Licitações de grande vulto e licitações de alta complexidade técnica, 589; Alienação de bens, 590; Licitações internas e licitações internacionais, 591</i>	
<b>VIII</b>	<i>– Etapas interna e externa da licitação .....</i>	592
	<i>Requisitos para instauração de licitação, 592; Vedações nas licitações, 593</i>	
<b>IX</b>	<i>– Fases da licitação .....</i>	594
	<i>Exame dos afluentes à licitação, 595; Exame das propostas, 596; Confirmação do resultado e outorga do objeto, 596; Esquema analítico das fases, 597; Sequência procedural da concorrência, 597</i>	
<b>X</b>	<i>– O edital .....</i>	600
	<i>Vícios do edital, 603</i>	

<b>XI</b>	<i>– A habilitação .....</i>	604
	<i>Documentos substitutivos para habilitação, 609; Consórcios, 610; Habilitação de empresa estrangeira em licitação internacional; compras de bens no Exterior, 611; Comparecimento de um único licitante, 612; Pré-qualificação, 612; Descabimento de rigorismos inúteis na habilitação, 612; Efeito jurídico da habilitação, 613; Vícios da habilitação, 614</i>	
<b>XII</b>	<i>– O julgamento .....</i>	615
	<i>Requisitos das propostas, 615; Objetividade do julgamento, 618; Classificação, 618; Desempate entre as propostas, 618; Os “tipos” de licitação, 619; Equanimidade de tratamento entre licitantes estrangeiros e nacionais, 622; Classificação de uma só proposta, 622; Vícios da classificação, 622; Efeito jurídico da classificação, 623</i>	
<b>XIII</b>	<i>– Homologação e adjudicação .....</i>	624
<b>XIV</b>	<i>– Regras especiais para licitações com financiamento internacional e para compras de bens efetuadas no Exterior .....</i>	624
<b>XV</b>	<i>– Recursos administrativos .....</i>	625
<b>XVI</b>	<i>– O procedimento licitatório e suas consequências .....</i>	626
	<i>Licitação e direito ao subsequente contrato, 626; Revogação da licitação, 626; Anulação da licitação, 627</i>	
<b>XVII</b>	<i>– Crimes .....</i>	630
<b>XVIII</b>	<i>– Licitação e mandado de segurança .....</i>	630
<b>Capítulo X – O CONTRATO ADMINISTRATIVO</b>		
<b>I</b>	<i>– Introdução .....</i>	632
	<i>Peculiaridades do contrato administrativo, 633</i>	
<b>II</b>	<i>– O contrato administrativo no Direito francês .....</i>	634
<b>III</b>	<i>– O contrato administrativo na doutrina brasileira .....</i>	636
<b>IV</b>	<i>– Conceito de contrato administrativo .....</i>	638
<b>V</b>	<i>– Características do chamado “contrato administrativo” ....</i>	640
	<i>A lógica do contrato administrativo, 642</i>	
<b>VI</b>	<i>– O contrato administrativo no Direito Positivo brasileiro .....</i>	642
	<i>Alteração unilateral do contrato, 644; Alteração bilateral do contrato, 645; Extinção do contrato: generalidades e a extinção unilateral, 646; Outras hipóteses de extinção, 647; A “exceptio non adimpleti contractus”, 648; Prazo e prorrogação dos contratos, 648; Formalidades do contrato administrativo, 650; Eficácia dos contratos admi-</i>	

nistrativos, 651; Os pagamentos devidos ao contratado; correção monetária; reajuste e recomposição de preços no Direito Positivo (imprevisão, fato do princípio e sujeições imprevistas), 651; Sanções administrativas e penais por ocasião dos contratos administrativos, 659		
<b>VII</b>	<b>– Equilíbrio econômico-financeiro do contrato administrativo .....</b>	660
	O âmbito de proteção do equilíbrio econômico-financeiro e o Direito Positivo brasileiro, 663; O contrato administrativo e o dever de boa-fé, 668	
<b>VIII</b>	<b>– A cláusula “rebus sic stantibus” .....</b>	669
<b>IX</b>	<b>– A teoria da imprevisão .....</b>	670
<b>X</b>	<b>– As cláusulas de reajustes de preços .....</b>	673
<b>XI</b>	<b>– Os reajustes e os índices oficiais .....</b>	675
<b>XII</b>	<b>– Obrigações do Estado derivadas de contratos inválidos ou “inexistentes” .....</b>	678
<b>XIII</b>	<b>– Os quase contratos e o enriquecimento sem causa .....</b>	679
<b>XIV</b>	<b>– Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC) .....</b>	683
<b>XV</b>	<b>– Convênios e consórcios .....</b>	686
<b>PARTE IV – AS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS .....</b>		691
<b>Capítulo XI – SERVIÇO PÚBLICO E OBRA PÚBLICA</b>		
<b>I</b>	<b>– Conceito de serviço público .....</b>	694
	a) Substrato material da noção de serviço público, 698; b) Elemento formal caracterizador do serviço público: seu regime jurídico, 700; Princípios do serviço público, 700	
<b>II</b>	<b>– Titularidade do serviço e titularidade da prestação .....</b>	705
<b>III</b>	<b>– Serviços públicos e outras atividades estatais .....</b>	706
	Serviço público e obra pública, 706; Serviço público e poder de polícia, 707; Serviço público e exploração estatal de atividade econômica, 709	
<b>IV</b>	<b>– Serviços públicos por determinação constitucional .....</b>	710
<b>V</b>	<b>– Imposições constitucionais quanto aos serviços públicos no Brasil .....</b>	712
	a) Serviços de prestação obrigatória e exclusiva do Estado, 712; b) Serviços que o Estado tem obrigação de prestar e obrigação de conceder, 713; c) Serviços que o Estado tem obrigação de prestar, mas sem exclusividade, 713; d) Serviços que o Estado não é obrigado a prestar, mas, não os prestando, terá de promover-lhes a prestação, mediante concessão ou permissão, 713	
<b>VI</b>	<b>– Os serviços públicos e a dubiedade da expressão “autorização” na Constituição .....</b>	714

<b>VII</b>	<b>– Limites constitucionais para a caracterização de um serviço como público .....</b>	715
<b>VIII</b>	<b>– Serviços públicos e serviços governamentais .....</b>	717
<b>IX</b>	<b>– Obra pública</b>	
	Conceito, 719; Modalidades de execução indireta, 720; Obra de grande vulto, 721; Obra de imenso vulto, 722; Garantia de execução, 722; Fiscalização da obra, 723; Recebimento da obra, 723; Responsabilidade pela obra, 724	
<b>Capítulo XII – CONCESSÕES E PERMISSÕES DE SERVIÇO PÚBLICO E SEUS REGIMES JURÍDICOS</b>		
<b>I</b>	<b>– Concessão de serviços públicos: conceito e noções gerais .....</b>	725
	A exploração do serviço como forma de remuneração, 726; Concessão e permissão de serviço público na Constituição e as leis editadas para cumpri-la, 727; Impropriedade das definições legais, 730; Natureza dos serviços suscetíveis de serem concedidos, 734; Natureza jurídica da concessão de serviço público e suas consequências, 735	
<b>II</b>	<b>– Forma e condições da outorga do serviço em concessão .....</b>	737
	Licitação das concessões, 739; O “contrato” de concessão, 746; Transferência da concessão – Transferência do controle acionário da concessionária e a subconcessão, 746; Direitos emergentes da concessão como garantias de financiamento, 749	
<b>III</b>	<b>– O prazo nas concessões e sua prorrogação .....</b>	750
<b>IV</b>	<b>– Os poderes do concedente .....</b>	752
<b>V</b>	<b>– Os direitos do concessionário .....</b>	757
	Remuneração do concessionário, 759	
<b>VI</b>	<b>– As tarifas .....</b>	759
	As fontes paralelas (alternativas, complementares) de receita do concessionário, 761; O equilíbrio econômico-financeiro na concessão de serviço público (ou obra pública), 762	
<b>VII</b>	<b>– Os direitos dos usuários .....</b>	767
<b>VIII</b>	<b>– Formas de extinção da concessão e seus efeitos jurídicos .....</b>	771
<b>IX</b>	<b>– A reversão dos bens .....</b>	776

<b>X</b>	<i>– Síntese da composição patrimonial no encerramento da concessão .....</i>	779
<b>XI</b>	<i>– Responsabilidade do concessionário e subsidiária do Estado pelos danos a terceiros causados em razão do serviço .....</i>	780
<b>XII</b>	<i>– Permissão de serviço público .....</i>	782
<b>XIII</b>	<i>– Situações transitórias na lei de concessões .....</i>	793
<b>XIV</b>	<i>– A parceria público-privada (PPP) .....</i>  <i>Valor, prazo e objeto das parcerias público-privadas, 798; Modalidades, 798; Concessão administrativa: a falsa concessão, 800; Benefícios aos contratados nas parcerias público-privadas: vantagens e garantias, 801; Garantias ofertáveis ao financiador do parceiro privado, 803; O contrato de parceria: gestão por sociedade de propósito específico, 803; O contrato de parceria: liberação de pagamentos ao parceiro privado, 804; O contrato de parceria: diretrizes e cláusulas contratuais, 804; Repartição de riscos. Garantias exigidas do parceiro privado. Repartição de ganhos, 805; Licitação nas parcerias público-privadas, 806; Disposições aplicáveis apenas à União, 808; Inconstitucionalidades da lei das parcerias público-privadas, 808 (Vinculação de receitas, 809; Fundos especiais, 810; Empresa estatal garantidora, 812; Mecanismos privados de resolução de disputas, inclusive arbitragem, 812; Assunção, por financiador, do controle da sociedade de propósitos específicos, 813)</i>	796
<b>Capítulo XIII – INTERVENÇÃO DO ESTADO NO DOMÍNIO ECONÔMICO E NO DOMÍNIO SOCIAL</b>		814
<b>I</b>	<i>– Introdução .....</i>	
<b>II</b>	<i>– Intervenção do Estado no domínio econômico</i>  <i>Conceito de atividade econômica em nossa Constituição, 817; Valorização do trabalho humano, 818; Liberdade de iniciativa, 819; Atividades privadas sob regime especial, 824; Função social da propriedade, 824; Livre concorrência e repressão ao abuso do poder econômico, 825; CADE: organização e funções, 826 (Superintendência-Geral, 827); Infrações à ordem econômica, 828; Penas por infrações à ordem econômica, 830; Acordo de leniência, 832; Defesa do consumidor, 832; Monopólio, 835</i>	
<b>III</b>	<i>– Intervenção do Estado no domínio social .....</i>	836

<b>Capítulo XIV – PODER DE POLÍCIA</b>		
<b>I</b>	<i>– Introdução .....</i>	842
<b>II</b>	<i>– Sentido amplo e sentido estrito do poder de polícia .....</i>	846
<b>III</b>	<i>– Fundamento da polícia administrativa .....</i>	847
<b>IV</b>	<i>– Supremacia geral e supremacia especial .....</i>	848
<b>V</b>	<i>– Essência do poder de polícia .....</i>  <i>Traços característicos, 855</i>	853
<b>VI</b>	<i>– Polícia administrativa e polícia judiciária .....</i>	857
<b>VII</b>	<i>– Atos através dos quais se expressa a polícia administrativa .....</i>	859
<b>VIII</b>	<i>– O poder de polícia é discricionário? .....</i>	860
<b>IX</b>	<i>– Definição de polícia administrativa .....</i>	861
<b>X</b>	<i>– Polícia geral e polícia especial .....</i>	861
<b>XI</b>	<i>– Delegação de atos de polícia administrativa .....</i>	863
<b>XII</b>	<i>– Executoriedade das medidas de polícia administrativa ...</i>	865
<b>XIII</b>	<i>– Polícia administrativa e o princípio da proporcionalidade contra abusos da Administração .....</i>	867
<b>XIV</b>	<i>– Setores da polícia administrativa .....</i>	868
<b>XV</b>	<i>– Polícia administrativa da União, Estados e Municípios ...</i>	868
<b>Capítulo XV – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS</b>		
<b>I</b>	<i>– Conceito .....</i>	871
<b>II</b>	<i>– Finalidades .....</i>	872
<b>III</b>	<i>– Sujeito infrator e sujeito responsável subsidiário .....</i>	873
<b>IV</b>	<i>– “Excludentes” da infração ou da sanção .....</i>	874
<b>V</b>	<i>– Princípios .....</i>  <i>a) Princípio da legalidade, 874; b) Princípio da anterioridade, 876; c) Princípio da tipicidade, 877; d) Princípio da exigência de voluntariedade para incursão na infração, 879; e) Princípio da proporcionalidade, 880; f) Princípio do devido processo legal, 881; g) Princípio da motivação, 883</i>	874
<b>VI</b>	<i>– Providências acautelatórias .....</i>	883
<b>VII</b>	<i>– Classificações das sanções: sanções transmissíveis e sanções intransmissíveis .....</i>	884
<b>VIII</b>	<i>– Multas .....</i>	887
<b>IX</b>	<i>– Dever de sancionar .....</i>	888

<b>Capítulo XVI – DESAPROPRIAÇÃO</b>	
I – Conceito .....	889
II – Fundamentos da desapropriação .....	895
III – Desapropriação: forma originária de aquisição da propriedade .....	895
IV – Requisitos da desapropriação .....	897
V – Competência para legislar sobre desapropriação; competência para desapropriar e competência para promover desapropriação .....	899
VI – Objeto da desapropriação .....	900
VII – Beneficiários da desapropriação .....	901
VIII – Fases do procedimento expropriatório .....	902
IX – A declaração de utilidade pública .....	902
X – A imissão provisória de posse .....	906
XI – A justa indenização. Juros. Correção monetária. Outras despesas. Honorários de advogados .....	908
XII – Momento em que se consuma a desapropriação .....	913
XIII – Desapropriação por zona .....	913
XIV – Desapropriação indireta .....	914
XV – Extensão do controle jurisdicional na ação de desapropriação .....	915
XVI – Retrocessão e direito de preferência violado .....	916
XVII – Requisição .....	929
XVIII – Servidão administrativa .....	930
XIX – Tombamento .....	934

**Capítulo XVII – GESTÃO DOS BENS PÚBLICOS**

I – Conceito .....	937
II – Os bens com relação à sua destinação .....	938
III – Afetação e desafetação dos bens públicos .....	939
IV – Regime jurídico dos bens públicos .....	939
V – Os bens quanto à sua natureza física .....	941
a) Bens do domínio hídrico, 942; b) Bens do domínio terrestre, 943 (Domínio do solo, 943; Domínio do subsolo, 947)	
VI – Formas de aquisição e alienação de bens públicos .....	948
VII – Formas de utilização dos bens públicos pelos administrados .....	949
a) Utilização dos bens de uso comum, 949; b) Utilização dos bens de uso especial, 954; c) Utilização dos bens dominicais, 954	

**PARTE V – O CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO E A RESPONSABILIDADE DO ESTADO** ..... 961

<b>Capítulo XVIII – PANORAMA DO CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA</b>	
I – Controle interno e externo .....	963
a) Controle interno, 965; b) Controle externo, 967	
II – Controle parlamentar direto .....	968
a) Sustação de atos e contratos do Executivo, 968; b) Convocação de Ministros e requerimentos de informações; recebimento de petições, queixas e representações dos administrados e convocação de qualquer autoridade ou pessoa para depor, 968; c) Comissões Parlamentares de Inquérito, 969; d) Autorizações ou aprovações do Congresso necessárias para atos concretos do Executivo, 969; e) Poderes controladores privativos do Senado, 969; f) Julgamento das contas do Executivo, 970; g) Suspensão e destituição (“impeachment”) do Presidente ou de Ministros, 970	
III – Controle pelo Tribunal de Contas .....	971
a) Compostura e composição do Tribunal de Contas, 971; b) Parecer prévio sobre as contas do Presidente, 972; c) Julgamento das contas dos administradores públicos, 973	
IV – Controle jurisdicional (panorama) .....	974
a) “Habeas corpus”, 981; b) Mandado de segurança, 981; c) “Habeas data”, 982; d) Mandado de injunção, 983; e) Ação popular, 983; f) Ação civil pública, 984; g) Ação direta de constitucionalidade, 984	

**Capítulo XIX – DISCRICIONARIEDADE ADMINISTRATIVA E CONTROLE JUDICIAL**

I – Introdução .....	986
II – Princípio da legalidade .....	988
III – Vinculação e discricionariedade .....	989
Mérito do ato, 983	
IV – Fundamentos da discricionariedade .....	993
V – Estrutura lógico-normativa da discricionariedade .....	996
VI – Conceito de discricionariedade .....	1000
VII – Limites da discricionariedade .....	1001
VIII – Extensão do controle judicial .....	1006
a) Exame dos motivos, 1006; b) Exame da finalidade: o desvio de poder, 1007; c) Exame da causa do ato, 1011	

<i>IX</i>	— Relatividade da competência discricionária .....	1011
<i>X</i>	— Conclusão .....	1018

**Capítulo XX — RESPONSABILIDADE PATRIMONIAL  
EXTRA CONTRATUAL DO ESTADO POR  
COMPORTAMENTOS ADMINISTRATIVOS**

<i>I</i>	— Introdução .....	1021
<i>II</i>	— Responsabilidade e sacrifício de direito .....	1022
<i>III</i>	— Originalidade da responsabilidade pública .....	1025
<i>IV</i>	— A responsabilidade do Estado e o Estado de Direito .....	1027
<i>V</i>	— Evolução da responsabilidade por atos administrativos .....	1029
	a) Princípio da irresponsabilidade do Estado, 1029; b) Princípio da responsabilidade do Estado, 1030; c) Responsabilidade subjetiva do Estado, 1031; d) Responsabilidade objetiva do Estado, 1034	
<i>VI</i>	— Fundamentos da responsabilidade do Estado .....	1035
<i>VII</i>	— Questões capitais sobre a responsabilidade estatal .....	1035
<i>VIII</i>	— Os sujeitos que comprometem o Estado .....	1036
<i>IX</i>	— Caracteres da conduta lesiva ensejadora de responsabilidade .....	1038
	a) Danos por ação do Estado, 1039; b) Danos por omissão do Estado, 1041; c) Danos dependentes de situação apenas propiciada pelo Estado, 1046	
<i>X</i>	— O dano indenizável .....	1048
<i>XI</i>	— Excludentes da responsabilidade do Estado .....	1054
<i>XII</i>	— A responsabilidade do Estado no Brasil .....	
	a) Introdução, 1054; b) Evolução normativa da responsabilidade do Estado no Brasil, 1055; c) Responsabilidade subjetiva ou objetiva como regra no Direito vigente, 1059; d) Responsabilidade patrimonial do agente por danos a terceiros, 1062; e) Responsabilidade estatal na jurisprudência brasileira, 1070; f) A forma de efetivação da responsabilidade do Estado, 1073; g) A responsabilidade dos agentes e de terceiros por ilícitos, 1077	

**Capítulo XXI — A PRESCRIÇÃO NO DIREITO ADMINISTRATIVO**

<i>I</i>	— Prescrição, decadência e preclusão .....	1082
<i>II</i>	— Prescrição (ou outro prazo extintivo) da pretensão do administrado a pleitear direito na via administrativa .....	1084

<i>III</i>	— Prescrição de ações judiciais do administrado contra o Poder Público .....	1085
<i>IV</i>	— Pretensões da Administração contra o administrado .....	1088
<i>V</i>	— “Prescrição” da possibilidade de a Administração prover, ela própria, sobre certa específica situação .....	1088
<i>VI</i>	— Prescrição das ações judiciais contra o administrado .....	1090

**APÊNDICE — O NEOCOLONIALISMO E O DIREITO ADMINISTRATIVO BRASILEIRO**

<i>I</i>	— Introdução .....	1095
<i>II</i>	— A globalização, o neoliberalismo e a “reforma” do Estado .....	1100
<i>III</i>	— Os reflexos da globalização no mundo jurídico brasileiro ...	1104
<i>IV</i>	— Conclusão .....	1108

**ÍNDICE REMISSIVO DE AUTORES** ..... 1111

**ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO** ..... 1119